



III Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas

L U S O C O N F
2021

LIVRO DE ATAS

Proceedings

Editores:

Carlos Teixeira
Vitor Gonçalves
Paula Odete Fernandes
Carla Sofia Araújo

Instituto Politécnico de Bragança
setembro de 2022

Ficha Técnica

Título

LUSOCONF2021
III Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: livro de atas

Editores

Carlos Teixeira	Instituto Politécnico de Bragança
Vitor Gonçalves	Instituto Politécnico de Bragança
Paula Odete Fernandes	Instituto Politécnico de Bragança
Carla Sofia Araújo	Instituto Politécnico de Bragança

Capa

António Meireles e Vitor Gonçalves

Edição

Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia
5300-253 Bragança
Portugal

Data de edição: setembro de 2022

ISBN: 978-972-745-295-8

DOI: 10.34620/lusoconf.2021

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/25130>

URL: www.lusoconf.ipb.pt

Email: lusoconf@ipb.pt

Índice

Comissão Científica	viii
Comissão Organizadora	x
Programa Geral do LUSOCONF2021	xi
Organizadores, Patrocinadores e Colaboração	xii
Nota de apresentação do LUSOCONF2021	1
Artigos	3
Da política à religião na escrita de Junqueiro	4
From politics to religion in Junqueiro's writing	4
Formação de professores sobre fermentação/respiração de leveduras com material acessível para a 12.ª classe de Moçambique	12
Teacher training on yeast fermentation/respiration with accessible material for the Mozambican 12th grade	12
A construção de textos narrativos: o desenvolvimento da dimensão temporal	23
The construction of narrative texts: the development of the time dimension	23
Por que é negro o carvoeiro? Sobre um provérbio português	32
Why is the coal merchant black? About a Portuguese proverb	32
Cultura e turismo: o caso do município de Miranda do Douro	36
Culture and tourism: the case of Miranda do Douro municipality	36
Práticas educativas com TIC no ensino secundário de Cabo Verde	49
Educational practices with ICT in secondary education in Cape Verde	49
Relação cultura e educação sob o ponto de vista do ensino primário	57
Relation culture and education from the point of view of primary education	57
Mãos ao Solo: as hortas escolares como ferramenta pedagógica no 1.º Ciclo do Ensino Básico	66
<i>Mãos ao Solo</i> : school garden as a pedagogical tool in the Elementary School	66
Satisfação e motivação dos colaboradores nas empresas: estudo de caso	74
Employee' satisfaction and motivation in companies: case study	74
Experiências turísticas memoráveis da cidade do Porto	80
Memorable tourist experiences in the city of Porto	80
Avaliação de investimentos reais através de métodos dinâmicos: aplicação ao terceiro setor	88
Real investment valuation through dynamic methods: application to the third sector	88
Finanças pessoais: atitude e comportamento de gestão	99
Personal finance: management attitude and behavior	99
Gil Vicente e o teatro moderno	116
Gil Vicente and the modern theatre	116
Os (primeiros) passos da consciencialização municipal para uma economia circular	125
The (first) steps of municipal awareness for a circular economy	125

Em busca da matemática em Terras de Trás-os-Montes: um olhar fotográfico.....	135
Searching for mathematics in Terras de Trás-os-Montes: a photographic look.....	135
A formação das políticas públicas de habitação no Brasil e em Portugal.....	143
The formation of public housing policies in Brazil and Portugal.....	143
Duas plataformas de <i>e-learning</i> – uma decisão informada.....	152
Two e-learning platforms – an informed decision.....	152
Mobilidade e incentivos: a política pública convence os médicos?.....	173
Mobility and incentives: Do public policy persuade doctors?.....	173
Atividades experimentais nos livros didáticos: um estudo com manuais escolares brasileiros.....	183
Experimental activities in textbooks: a study with brazilian textbooks.....	183
A importância dos recursos de base tecnológica nas empresas face à pandemia.....	192
The importance of technology-based resources in companies in the face of the pandemic.....	192
Utilidade reconhecida à informação financeira na perspetiva dos Contabilistas Certificados.....	202
Recognized utility to financial information from the perspective of Certified Accountants.....	202
A utilidade da informação contabilística na perspetiva dos gestores/empresários.....	212
The usefulness of accounting information from the perspective of managers/entrepreneurs.....	212
Apoio da cooperação internacional na (re)edificação do sistema educativo de Timor-Leste.....	223
The support of international cooperation in the (re)construction of the education system of East Timor.....	223
Tendências e dinâmicas da atual cooperação internacional para o desenvolvimento.....	232
Current dynamics and trends in international development and cooperation.....	232
Linguagem Musical: função pedagógico-didática e cívico-social.....	240
Musical language: pedagogical-didactic and civic-social function.....	240
Políticas de língua: português, chinês e crioulo sino-português em Portugal e Macau.....	247
Portuguese, chinese, and sino-portuguese creole language policies in Portugal and Macao.....	247
Língua materna na aula de Português como língua estrangeira em Goa, Índia.....	254
Mother tongue language in the Portuguese foreign language classroom in Goa, India.....	254
O detetive pessoano: Abílio Quaresma e a loucura.....	262
Pessoa's detective: Abílio Quaresma and insanity.....	262
Macabea: um <i>clown</i> inconsciente (a partir d' <i>A Hora da Estrela</i> de Clarice Lispector).....	268
Macabea: an unconscious <i>clown</i> (from Clarice Lispector's <i>the Hour of the Star</i>).....	268
Dispositivos móveis digitais: a experiência de estudantes de Secretariado portugueses e brasileiros.....	273
Mobile digital devices: the experience of Portuguese and Brazilian Office Management students.....	273
Como alavancar negócios e crescer no e-commerce: estratégias de atração e fidelização.....	283
How to leverage business and grow in e-commerce: attraction and loyalty strategies.....	283
Uma análise quantitativa do ensino de Português na China.....	290
A quantitative analysis on the teaching of Portuguese in China.....	290
Divulgação do Projeto (H)OLD ON: da conceção à sensibilização.....	296
Dissemination of the (H)OLD ON Project: from design to awareness.....	296
Construção de recursos multimodais: para a promoção do português como língua de ciência.....	304
Building multimodal resources: toward the promotion of Portuguese as a language of science.....	304
Mouros e Cristãos: da ibéria reconquistada à cristianização do novo mundo.....	313

Moors and Christians: from the reconquered Iberia to the christianisation of the new world.....	313
O olhar nostálgico do (não) Retorno, de Dulce Maria Cardoso	321
The nostalgic look of the (non) Return, by Dulce Maria Cardoso	321
Recursos didáticos na aprendizagem do conhecimento do mundo	328
Didactic resources in learning of the world knowledge.....	328
A cidadania está na escola!.....	339
Citizenship is in school!.....	339
Doença de Parkinson: estudo epidemiológico de diagnósticos ativos no distrito de Bragança	351
Parkinson's disease: epidemiological study of active diagnoses in the district of Bragança	351
Análise do sistema de ensino brasileiro e português na sociedade do conhecimento	357
Analysis of the Brazilian and Portuguese education system in the knowledge society.....	357
Que farei com este texto? – a poesia no 1.º ciclo do ensino básico.....	365
What shall I do with this text? – poetry at elementary school	365
Que farei com estes livros? – propostas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	372
What shall I do with these books? – pedagogical proposals for elementary school	372
<i>Olifaque -uma farsa em emigres-</i> reflexões à volta da portugalidade.....	380
<i>Olifaque -uma farsa em emigrês-</i> reflections about portugality	380
O mundo de expressão portuguesa no Festival de Cinema de Avanca: encontro de mundos.....	387
The Portuguese-speaking world at the Avanca Film Festival: gathering of worlds	387
Redução vocálica em português europeu: Um processo em declínio?	397
Vowel reduction in European Portuguese: An evanescent process?	397

Comissão Científica

Adília da Silva Fernandes	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Albert Wall	Universidade de Zurique, Suíça
Albino Bento	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Alcina Maria Nunes	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Alexandra Soares Rodrigues	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Amélia Polónia	Universidade do Porto, Portugal
Amílcar Teixeira	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Ana Maria Brito	Universidade do Porto, Portugal
Ana Maria Martinho	Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Ana Paula Monte	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Ana Sofia Cardim	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
António Borges Fernandes	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
António Domingos Abreu	Reserva Biosfera Ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe
António Meireles	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Artur Gonçalves	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Augusto Soares da Silva	Universidade Católica Portuguesa, Portugal
Betina Lopes	Universidade de Aveiro, Portugal
Bruno Sousa	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal
Carla Araújo	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Carla Guerreiro	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Carlos Teixeira	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Carlos Casimiro da Costa	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Catarina Martins	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Cláudia S. Costa	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Cristina Flores	Universidade do Minho, Portugal
Cristina Martins	Universidade de Coimbra, Portugal
Cristina Mesquita	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Elsa Esteves	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Emília Nogueiro	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Fernanda Amélia Ferreira	Instituto Politécnico do Porto, Portugal
Fernando José Fraga Azevedo	Universidade do Minho, Portugal
Fernando Ramallo	Universidade de Vigo, Espanha
Francisco Paiva	Universidade da Beira Interior, Portugal
Francisco Topa	Universidade do Porto, Portugal
Graça Rio-Torto	Universidade de Coimbra, Portugal
Graça Santos	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Isabel Aires de Matos	Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Isabel Margarida Duarte	Universidade do Porto, Portugal
João Cunha	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
João Paulo Madeira	Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde
João Veloso	Universidade do Porto, Portugal
Joaquim Mendes Leite	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Jorge Manuel Alves	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
José António Brandão	Universidade do Minho, Portugal
José Pires Laranjeira	Universidade de Coimbra, Portugal
José Teixeira	Universidade do Minho, Portugal
Lídia Santos	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Luciana Pereira da Silva	Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Luísa Lopes	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Manuel Ângelo Rodrigues	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Manuel Célio Conceição	Universidade do Algarve, Portugal
Manuel Fonseca	Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal
Manuel Moreira da Silva	ISCAP - Instituto Politécnico do Porto, Portugal
Marcos Sorrentino	Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Antónia Mota	Universidade de Lisboa, Portugal
Maria Augusta Mata	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Maria da Conceição Nunes	Instituto Politécnico do Porto, Portugal
Maria José Gonçalves Alves	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Maria José Rodrigues	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Marília A. Torales Campos	Universidade Federal do Paraná, Brasil
Mário Cardoso	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Mário Viaro	Universidade de São Paulo, Brasil
Olga Santos	Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Otília Sousa	Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
Paula Odete Fernandes	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Paulo Castro	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Paulo Mafra	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Pedro Couceiro	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Pedro Manuel Nunes	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal
Pilar Gutiez Cuevas	Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Ricardo Alexandre Correia	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Ricardo Jorge Correia	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Rómima Laranjeira	Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Brasil
Rui Pereira	Universidade de Coimbra, Portugal
Sandra Tapadas	Universidade de Lisboa, Portugal
Sílvia Melo-Pfeifer	Universidade de Hamburgo, Alemanha
Sofia Bergano	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Sónia Nogueira	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Vitor Barrigão Gonçalves	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Comissão Organizadora

Coordenação:

Carlos Teixeira	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Dina Macias	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Eduardo Alves	Câmara Municipal de Bragança, Portugal
Fernanda Silva	Câmara Municipal de Bragança, Portugal
Paula Odete Fernandes	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Vitor Barrigão Gonçalves	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

Membros:

Adília Fernandes	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Alexandra Soares Rodrigues	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Amílcar Teixeira	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Ana Paula Monte	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
António Meireles	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Armindo Rodrigues	Câmara Municipal de Bragança, Portugal
Carla Guerreiro	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Carla Araújo	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Catarina Martins	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Cecília Falcão	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Fátima Martins	Câmara Municipal de Bragança, Portugal
Helena Genésio	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Isabel Castro	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Jacinta Costa	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
João Pontífice	Universidade de São Tomé e Príncipe, São Tomé e Príncipe
Lídia dos Santos	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Luciana Pereira da Silva	Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Manuel Coelho da Silva	Fundação Jorge Álvares, Portugal
Maria José Rodrigues	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Pedro Couceiro	Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
Pedro Oliveira	Université Jean Monnet, França

Programa Geral do LUSOCONF2021

14 de outubro de 2021 (quinta-feira)

- 8:30 **Abertura do secretariado**
- 9:00 **Momento musical**
- 9:10 **Sessão de abertura**
Isabel Guterres, Embaixadora da República Democrática de Timor-Leste em Lisboa
Orlando Rodrigues, Presidente do Instituto Politécnico de Bragança
Hernâni Dias, Presidente da Câmara Municipal de Bragança
Carlos Teixeira, Diretor da Escola Superior de Educação do IPB
- 10:00 **Conferência plenária - Será que deixámos de comer vogais em Portugal?**
João Veloso (U. Porto)
Moderadora: Carla Araújo (IPB)
- 11:00 **Intervalo**
- 11:30 **Sessões paralelas** (Sessões presenciais e online)
- 11:30 **Sessão de posters** (Sessões presenciais e online)
- 13:00 **Almoço (livre)**
- 14:30 **Conferência plenária - Opinião pública portuguesa sobre a China: questões comerciais e geopolíticas (Videoconferência Auditório)**
José Pedro Teixeira Fernandes (ISCET; IPRI-NOVAU)
Moderadora: Alcina Maria Nunes (IPB)
- 15:30 **Conferência plenária - Música (ainda) uma Arma do Futuro? O poder da palavra na Música**
Selma Uamusse (Cantora)
Moderadora: Helena Genésio (IPB)
- 16:30 **Intervalo**
- 17:00 **Sessões paralelas** (Sessões presenciais e online)
- 18:30 **Encerramento dos trabalhos (1.º dia)**
- 20:00 **Jantar do Encontro**

15 de outubro de 2021 (sexta-feira)

- 9:00 **Abertura do secretariado**
- 9:30 **Mesa Redonda: Saúde, alimentação e desenvolvimento no mundo lusófono**
Fátima Pinto Correia, Administradora das Termas de Chaves, Chaves
José M. Calheiros, I3ID – Instituto de Investigação, Inovação e Desenvolvimento & Universidade
Fernando Pessoa, Porto
Augusto Manuel Correia, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa
Carlos Aguiar, Instituto Politécnico de Bragança
Moderadora: Augusta Mata (IPB)
- 11:00 **Intervalo**
- 11:30 **Sessões paralelas** (Sessões presenciais e online)
- 13:00 **Almoço (Cantina do IPB: “Ementa da Lusofonia”)**
- 15:00 **Conferência plenária - As origens históricas do racismo estrutural na sociedade portuguesa**
Fernando Rosas (Universidade Nova de Lisboa)
Moderador: Pedro Couceiro (IPB)
- 16:30 **Conferência plenária - Apneia**
Valter Hugo Mãe (Escritor)
Moderadora: Carla Guerreiro (IPB)

17:15 Encerramento do LUSOCONF

Carlos Teixeira, Diretor da ESE & Chair do LUSOCONF

Fernanda Silva, Vereadora do Município de Bragança

Orlando Rodrigues, Presidente do Instituto Politécnico de Bragança

17:30 Intervalo

18:00 Cerimónia de entrega do "Prémio Literário da Lusofonia Professor Doutor Adriano Moreira"

(As atividades desta tarde terão lugar no Teatro Municipal de Bragança)

21:00 Poetas de Trás-os-Montes: Com Ana Deus e Alexandre Soares

(Local: Auditório Paulo Quintela)

16 de outubro de 2021 (sábado)

21:00 Desumanização a partir de Valter Hugo Mãe, pelo Teatro ART'IMAGEM

(Local: Auditório do Teatro Municipal)

Organizadores:



Patrocinadores:



Colaboradores:



Nota de apresentação do LUSOCONF2021

O presente livro contém os artigos das comunicações (orais e em poster) enviados e apresentados no III Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas (LUSOCONF2021), organizado pelo Instituto Politécnico de Bragança, através da sua Escola Superior de Educação de Bragança e em parceria com a Câmara Municipal de Bragança, nos dias 14 e 15 de outubro de 2021.

O LUSOCONF2021 continuou a ser um espaço de encontro e de reflexão, de partilha de saberes e também de vivências (porque, afinal, a língua vive e vive-se) sobre a Língua Portuguesa no mundo e sobre uma multiplicidade de temáticas que se refletem e concretizam nos vários eixos temáticos propostos. Valorizando um olhar plural, o LUSOCONF continuará a construir-se como um Encontro Internacional aberto a uma multiplicidade de intervenções, trazendo ao diálogo áreas frequentemente afastadas.

Agradecemos muito sinceramente aos conferencistas convidados os quais asseguraram a este encontro internacional uma diversidade de perspetivas, celebrando a multiculturalidade que nos enriquece e afirmando a vontade de vivermos em comum, ancorados no desejo de (nos) conhecer(mos) e no espírito de cooperação, como condições para um mundo mais humano. Desde abordagens que se centram na problemática da língua portuguesa e dos seus usos, a reflexões de natureza geopolítica sobre relações entre Portugal e a China, passando pelo discurso das artes e o seu papel interventivo na configuração do mundo, temos como discussão de referência a problemática do desenvolvimento do mundo lusófono, a partir de dois focos essenciais: a saúde e a alimentação. Promovendo esta abrangência, o LUSOCONF assume como relevante o diálogo entre o discurso académico e o mundo das artes num compromisso ético conjunto de valorização e desenvolvimento do mundo lusófono. Ao colocar este mundo lusófono numa indelével abertura ao multiculturalismo, apela-se à reflexão, com profunda seriedade, sobre a diversidade dos problemas humanos e naturais, fortalecendo a esperança de que o projeto lusófono, mais do que uma miragem (para usarmos um termo lourenciano), se consolide como efetiva rede – por isso sem centro nem periferias – em interação com a rede global. Valorizando a confraternidade que nos é conferida, antes de mais, pela partilha da língua portuguesa, tem de nos unir o reconhecimento e a clara aceitação de que somos legitimamente diferentes.

Os investigadores da língua portuguesa e os que se debruçam sobre os problemas referentes ao seu ensino, bem como todos aqueles que se dedicam a áreas de relevância no âmbito das relações lusófonas, como: educação, cultura, literatura, artes, história, geografia, política, direito, economia, gestão, marketing, contabilidade, agricultura, turismo, ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável, foram convidados a submeter trabalhos de reflexão e de investigação ao LUSOCONF2021.

A diversidade e a qualidade dos textos selecionados que agora se publicam constituem evidência da abrangência deste Encontro Internacional no qual se cruzam múltiplos olhares no mesmo desígnio de pensar, com rigor e profundidade, a lusofonia e os seus problemas, bem como as oportunidades de incremento das relações lusófonas.

A finalizar esta breve nota de apresentação, a Comissão Organizadora agradece aos conferencistas convidados, a todos os investigadores e demais participantes no LUSOCONF2021.

P'la Comissão Organizadora do LUSOCONF2021

*Carlos Teixeira
Vitor Gonçalves
Paula Odete Fernandes
Carla Sofia Araújo*

Finanças pessoais: atitude e comportamento de gestão

Personal finance: management attitude and behavior

Catarina Isabel Correia Marinho¹, António Fernandes²^[0000-0002-6526-9903],
Ana Paula Monte²^[0000-0001-9936-0142]

a33903@alunos.ipb.pt, antoniof@ipb.pt, apmonte@ipb.pt

¹Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

²UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Resumo. O presente estudo aborda o tema das finanças pessoais, nomeadamente as atitudes e comportamentos dos indivíduos face ao endividamento. Assim, tem-se como objetivo apurar se os conhecimentos apreendidos fazem com que os indivíduos se tornem mais conscientes das suas decisões financeiras. Desta forma, como abordagem metodológica a utilizar para o desenvolvimento do presente estudo de investigação, foi a metodologia quantitativa, através de inquérito por questionário, obtendo-se uma amostra de 422 indivíduos residentes em Portugal Continental e Região Autónoma dos Açores. No processo de recolha de dados foi utilizado o formulário *online*, através do *google docs*, uma vez que existe uma maior veracidade das respostas devido ao anonimato dos inquéritos e ainda pelo facto de este proporcionar grandes amostras e o alcance de amostras geograficamente dispersas. De uma forma geral, os resultados apurados pelo inquérito sugerem que, os portugueses têm atitudes positivas, evidenciando a importância atribuída à poupança e ao planeamento familiar mesmo que os mesmos não sejam feitos com regularidade. Desta forma, é possível afirmar que tais resultados apresentam similaridade com outros estudos já realizados.

Palavras-Chave: Finanças pessoais, finanças comportamentais, poupança, planeamento familiar, endividamento.

Abstract. The present study addresses the topic of personal finance, namely the attitudes and behaviours of individuals in the face of indebtedness. Thus, the objective is to determine whether the knowledge learned makes individuals more aware of their financial decisions. Thus, as a methodological approach to be used for the development of this research, a quantitative methodology was used, through a questionnaire survey, obtaining a sample of 422 individuals residing in Mainland Portugal and the Autonomous Region of the Azores. In the data collection process, an online form was used, through google docs, since there is a greater veracity of the answers due to the anonymity of the surveys and because it provides large samples and the reach of geographically dispersed samples. In general, the results obtained by the survey suggest that, the Portuguese have positive attitudes, evidencing the importance attributed to savings and family planning, even if they are not done regularly. Thus, it is possible to sustain that these results are similar to other studies already carried out.

Keywords: Personal finance, behavioural finance, savings, family planning, indebtedness.

1 Introdução

Atualmente a sociedade tem-se tornado, cada vez mais, consumista sendo desafiada diariamente pela oferta excessiva, chegando por vezes a gastar mais do que as próprias possibilidades. Assim sendo, uma boa gestão das finanças pessoais é essencial para a sustentabilidade financeira das famílias e do próprio país.

A partir dos dados disponibilizados pelo Banco de Portugal (Banco de Portugal, 2019), é possível aferir que o número dos pedidos de empréstimo, por parte das famílias portuguesas, tem vindo a aumentar nos últimos anos. Isto faz com que surja uma forte preocupação no que concerne à possibilidade dos encargos financeiros, associados à dívida, se tenham tornado excessivamente “pesados” nos orçamentos familiares.

Deste modo, o presente estudo aborda o tema das finanças pessoais, nomeadamente as atitudes e comportamentos dos indivíduos face ao endividamento. Assim, tem-se como objetivo apurar se os conhecimentos apreendidos fazem com que os indivíduos se tornem mais conscientes das suas decisões financeiras. Tendo em conta esta problemática, que preocupa toda a sociedade, pretende-se responder às seguintes questões de investigação: (1) Como as famílias fazem a gestão de tesouraria de curto e longo prazo? (2) Como é feito o planeamento financeiro da família? (3) As famílias portuguesas têm consciência do risco associado ao endividamento? (4) Que fatores condicionam o planeamento financeiro das famílias?

O trabalho foi estruturado, além desta introdução, em quatro secções. Na secção que se segue faz-se o enquadramento teórico da problemática em estudo, a destacar a definição dos conceitos de finanças pessoais e das finanças comportamentais para a tomada de decisão financeira, o planeamento financeiro do orçamento familiar e o endividamento e poupança das famílias em Portugal. Na secção 3, descreve-se a metodologia adotada, objetivos e perguntas de investigação formuladas, bem como a descrição do instrumento de recolha de dados. Na secção 4 apresenta-se e analisa-se os dados recolhidos, caracterizando-se a amostra e analisando os comportamentos de gestão das finanças pessoais dos inquiridos. Por fim, na última secção, sintetizam-se as principais conclusões que se foram retirando ao longo do estudo com referência a algumas limitações, bem como possíveis linhas de investigação futura, extraíndo-se algumas ilações teóricas mais abrangentes sobre a problemática em estudo.

2 Enquadramento teórico

2.1 As finanças pessoais e as finanças comportamentais na tomada de decisão financeira

Para Garman e Forgue (2017), as finanças pessoais podem ser consideradas como o estudo de recursos pessoais e familiares, que são relevantes para o alcance do sucesso financeiro. Este tema implica ainda o modo como os indivíduos gastam, poupam, protegem e investem os seus recursos financeiros. Uma boa compreensão da temática permite ao cidadão um melhor desempenho para enfrentar os desafios financeiros, as responsabilidades e as oportunidades que possam vir a surgir ao longo do tempo.

O objeto de estudo das finanças pessoais passa pela análise da capacidade de financiamento, que os indivíduos dispõem, aquando da aquisição de bens e serviços necessários à satisfação das suas necessidades e desejos individuais. Posto isto, é necessário tratar esta temática como uma área de conhecimento sistemático e transmissível, no âmbito da ciência económica (Pires, 2007). Numa sociedade em que as trocas comerciais são essenciais, as finanças pessoais vêm ajudar o agregado familiar a compreender melhor como gerir as suas economias, de modo a obterem o acesso a bens e serviços com a finalidade de alcançarem a poupança. Ou seja, o problema das finanças pessoais passa por obter um equilíbrio entre as receitas e as despesas adequando, deste modo, o consumo às necessidades e disponibilidades.

Dentro da temática das finanças pessoais, o contexto individual é importante, uma vez que há muitas decisões que um indivíduo assume inteiramente para benefício próprio ou gratificação pessoal, mas que podem ser influenciadas pela família e pela sociedade (como por exemplo consumos relacionados com lazer, abrir uma conta bancária ou obter um empréstimo), porém essas decisões são da sua inteira responsabilidade (OCDE, 2012).

Para Pires (2007), o objetivo das finanças pessoais é assegurar que as despesas do indivíduo, ou família, sejam sustentadas por recursos obtidos de fontes sobre as quais tenham controle, de modo a garantir a independência de recursos de terceiros, que têm custo e às vezes estão indisponíveis quando mais se precisa deles; as despesas sejam distribuídas proporcionalmente às receitas ao longo do tempo, ou seja, que haja um equilíbrio entre o consumo e a poupança; sendo inevitável a utilização de recursos de terceiros, que sejam tomados ao menor custo e pelo menor tempo possível; as metas pessoais possam

ser atingidas mediante a compatibilização entre o querer (necessidades, principalmente desejos) e o poder (capacidade de compra); o património pessoal cresça ao máximo, ampliando a independência financeira e a necessidade de trabalhar para terceiros ou tomar recursos emprestados para finalidades de consumo.

A gestão das finanças pessoais é essencial para os membros do agregado familiar poderem gerir, de uma maneira mais acertada, os seus rendimentos e controlar melhor as suas despesas familiares permitindo, desta forma, poupar de modo a prevenir imprevistos e possibilitar a realização de novos investimentos. Uma boa gestão do orçamento familiar permite garantir, aos particulares, a segurança necessária para obter bens necessários. Neste contexto, surge a noção de decisão financeira que se refere às opções capazes de criar impacto a nível financeiro do consumidor. Assim, as grandes decisões financeiras referem-se à “alocação de recursos em itens de valor elevado, como planos de saúde, contratação de empréstimos, realização de investimentos e aquisição de produtos financeiros complexos” (Marques, Takamatsu, & Avelino, 2018, p.824).

Segundo o Banco de Portugal (2016, p.17) “a gestão apropriada das finanças pessoais tem benefícios diretos para os indivíduos, mas a escolha criteriosa de produtos financeiros contribui também para a estabilidade do sistema financeiro”. Assim, de modo a promover uma melhor gestão das finanças pessoais é de salientar a importância da educação financeira, uma vez que esta é considerada, fundamental, para promover um melhor controlo das finanças pessoais, bem como permitir evitar problemas financeiros futuros, que podem não só prejudicar os cidadãos de uma forma isolada, mas também a sociedade em geral.

A recente crise financeira e o atual ambiente turbulento financeiro global vieram destacar a importância da literacia financeira, não apenas de uma perspetiva individual, mas também numa perspetiva global e económica. Neste sentido, a literacia financeira não é apenas importante a nível individual, influenciando as decisões das famílias sobre a sua gestão financeira, mas também a nível global, com consequências para a estabilidade da economia geral (Lusardi, 2019).

Em consequência da pandemia associada à Covid-19, as famílias portuguesas vêm-se perante um novo cenário de recessão económica à escala global que afetou, de forma e intensidade diferente, famílias de todas as classes sociais. O grau de imprevisibilidade deste fenómeno fez com que muitos dos particulares não conseguissem fazer face às despesas do dia-a-dia. Em contrapartida, o impacto desta crise pandémica demonstrou que, é possível viver com níveis de consumo mais baixos, ou seja, evitar gastos com bens supérfluos.

A tomada de decisão por parte dos indivíduos pode ser influenciada por diversos fatores e entre eles fatores psicológicos e comportamentais (como emoções), que não apenas a racionalidade económica. Baker e Nofsinger (2010) referem que as finanças comportamentais são uma temática relativamente recente, mas de rápida expansão, uma vez que consegue explicar as decisões económicas dos indivíduos, ao associar a psicologia comportamental e cognitiva com a economia e a moderna teoria financeira (que os autores designaram por finanças tradicionais). Para Shefrin (2009) a origem da crise financeira que eclodiu no início de 2008 é essencialmente de carácter psicológico e comportamental. A crise, que se instalou em Portugal e que ainda hoje é visível em diferentes setores da sociedade, veio comprovar que o Homem é um ser com racionalidade limitada e influenciado por emoções.

No que concerne à teoria financeira tradicional, os indivíduos são considerados racionais, contrariamente às finanças comportamentais, onde os indivíduos tendem a afastar-se da racionalidade, uma vez que as suas decisões têm por base fatores de carácter psicológico (Ferreira, 2013). Neste seguimento, as finanças comportamentais surgem essencialmente com o objetivo de complementar algumas limitações dos modelos estudados nas finanças tradicionais. Esta temática, relativamente recente, compreende uma série de aspetos como o comportamento, as expectativas, as motivações, as necessidades materiais e psicológicas dos indivíduos, entre outros (Ferreira, 2013). As finanças comportamentais tentam assim resolver essas inconsistências, nas explicações baseadas no comportamento humano, tanto individualmente como em grupo.

Deste modo, é evidente a relevância da utilização das finanças comportamentais, para o estudo das decisões financeiras, na gestão do orçamento familiar, de modo a permitir um melhor controlo sistemático das finanças pessoais. Por outras palavras, as decisões financeiras, tal como o nível de consumo e o nível de poupança, resultam da combinação de fatores externos, tais como a política, a economia e o comportamento da sociedade. Andrikopoulos (2011) defende que, as tomadas de decisão

de investimento dos indivíduos são baseadas nos valores ou julgamentos pessoais que, por sua vez, são influenciados pelo controlo, conhecimento e experiências passadas.

Kahneman e Tversky (1979), pioneiros das finanças comportamentais, desenvolveram um modelo alternativo denominado “*Prospect Theory*”, a qual evidencia que o ser humano é avesso ao risco. Ou seja, se num mesmo investimento forem dadas duas hipóteses de escolha a um indivíduo, uma que envolva ganhos certos e outras perdas possíveis o indivíduo tem tendência a escolher os ganhos certos. Os mesmos autores explicam ainda que, essa tendência, denominada de efeito de isolamento, leva a preferências inconsistentes quando a mesma opção é apresentada de formas diferentes. Nesta teoria, o valor é atribuído a ganhos e perdas e não a ativos finais, na qual as probabilidades são substituídas por pesos de decisão.

Neste contexto, o conceito de “aversão à perda”, contraria as teorias económicas que defendem que, quando se faz um investimento, deve-se arriscar quando se está a ganhar e ser mais avesso ao risco quando se está a perder. Deste modo, os indivíduos demonstram assim que possuem limitações na sua capacidade racional, tanto emocionais como cognitivas e sociais, visto que, posteriormente irá afetar o processo de tomada de decisões em investimentos (Kahneman & Tversky, 1979). Estes autores afirmam ainda que, a prevalência de aversão ao risco é talvez a melhor conceptualização conhecida sobre escolhas arriscadas. No seguimento, os autores definem ainda os ganhos e as perdas através das quantias que são obtidas ou pagas através dos consumidores. Kahneman e Tversky (1979) mostram que, muitas vezes, as escolhas dependem da maneira como um problema é apresentado, assim como das características objetivas do mesmo. O objetivo desta teoria recai na descrição ou previsão do comportamento, sem caracterizar o comportamento ideal dos indivíduos.

2.2 O planeamento financeiro familiar ou pessoal

O planeamento financeiro consiste na forma como cada pessoa e/ou família gere os seus rendimentos e relaciona-se com os objetivos de vida de cada um e/ou agregado familiar. Ou seja, significa saber instituir e adotar uma estratégia, seja a curto, médio ou a longo prazo, com a finalidade de “acumular bens e valores que irão formar o património de uma pessoa e/ou família” (Cenci, Pereira, & Barichello, 2015, p.93). O planeamento financeiro tem de permitir a adequação do rendimento familiar às necessidades do agregado, eliminar gastos supérfluos e compreender o planeamento de compras futuras, para evitar o gasto com juros excessivos que restringem o poder de compra do consumidor (Halles, Sokolowski, & Hilgemberg, 2008).

No que se refere às decisões de consumo possíveis, cada pessoa procura ajustar, dentro do seu orçamento, as necessidades de consumo individuais, “empenhando-se em garantir a combinação que gere o maior bem-estar familiar” (Marques, Takamatsu & Avelino, 2018, p.821). De acordo com as mesmas autoras, a gestão financeira das famílias configura-se como uma tarefa que ajuda as pessoas na manutenção do orçamento e na criação de reservas. Estas referem ainda que “o comportamento do consumidor é visto como capaz de gerar consequências pessoais e no agregado familiar, refletindo na economia, por meio, por exemplo, da adimplência ou da inadimplência de um segmento” (Marques, Takamatsu & Avelino, 2018).

O planeamento financeiro pessoal e familiar configura-se como “a explicitação das formas como se viabilizarão recursos necessários para atingir os objetivos almejados. A compreensão da realidade financeira, as necessidades da família, a priorização dessas necessidades, por um lado, e a quantificação dos recursos disponíveis para satisfazê-las (salário, alugueres, rendimentos financeiros, etc.), por outro lado, facilitam a elaboração desse planeamento” (Cherobim & Espejo, 2011, p.30).

2.3 O endividamento e poupança das famílias em Portugal

Como foi referido anteriormente um dos aspetos a ter em atenção nas finanças pessoais é o nível de endividamento dos indivíduos, e por consequência das famílias. Para Marques e Frade (2000), o endividamento é definido como o saldo devedor de um agregado familiar. Sendo que este saldo devedor pode resultar de um ou mais compromissos de crédito em simultâneo utilizando-se, assim, o conceito de multiendividamento. Segundo os mesmos autores, a principal fonte de endividamento provém do crédito cedido a particulares, fazendo com que esta temática lhes seja constantemente associada. Contudo, o endividamento pode advir de outros fatores, como a má administração financeira, a inexistência de uma reserva de emergência, o consumo excessivo, por motivos de saúde, entre outros.

O endividamento das famílias resulta assim de desequilíbrios entre o que as famílias recebem e o que gastam provocando, deste modo, uma má gestão por parte do agregado familiar. Todavia, o endividamento está também associado aos empréstimos cedidos por parte das instituições bancárias. Assim sendo, a problemática deste conceito surge quando as famílias não conseguem satisfazer as suas obrigações. Diversos autores associados ao estudo (e.g. Rinaldi & Sanchis-Arellano, 2006; Meng & Hoang, 2013) defendem que o endividamento é influenciado por diversos fatores desde psicológicos, comportamentais, demográficos, sociais e económicos.

Segundo o Banco de Portugal (2019), no que concerne à evolução esperada, para o consumo dos particulares e para o investimento, prevê-se que o endividamento dos particulares diminua ao longo do tempo, embora a um ritmo mais lento do que o observado nos últimos anos. Apesar do nível de endividamento, ainda que tendencialmente tenha diminuído, continua a apresentar níveis elevados, mostrando-se assim preocupante do ponto de vista individual e coletivo. A taxa de famílias com endividamento apresenta uma tendência decrescente com a idade da pessoa de referência, o que poderá ser justificado, segundo Costa e Farinha (2012, p.142), com “o facto das famílias mais jovens terem maior necessidade/opportunidade de recorrer ao crédito dado terem rendimentos atuais inferiores aos rendimentos esperados e uma maior esperança de vida”. Todavia, ainda segundo as mesmas autoras, “a participação no mercado de dívida dos agregados muito jovens é menor do que a da segunda classe etária” (Costa & Farinha, 2012, p.142). Sendo este um comportamento que parece “refletir a maior incerteza quanto aos rendimentos futuros dos agregados familiares muito jovens, que levará a uma menor procura e/ou oferta do crédito hipotecário, o qual nestas idades está em geral associado à aquisição da primeira habitação” (Costa & Farinha, 2012, p. 142). Neste contexto, é necessário proceder à elaboração e adoção de medidas políticas de modo a prevenir ou corrigir problemas que possam surgir através do endividamento dos particulares.

O sobre endividamento refere-se à situação em que a pessoa declara ser incapaz de pagar as suas obrigações, como a renda, a água e a eletricidade, em decorrência de encargos com dívida, previstos ou não (European Commission, 2010). O uso consistente dos termos ‘sobre endividado’, ‘dívida a serviços de consultoria’ e ‘procedimentos de liquidação de dívidas’ é um desafio no contexto nacional e internacional. A pessoa ou família sobre endividada é a que se revela incapaz de fazer pagamentos relacionados com compromissos, que incluem despesas de consumo ou prestações associadas a dívidas com instituições financeiras. Contudo, podem ainda incluir pagamentos de aluguer, contas de serviços públicos, contas de internet ou de telefone, contas de saúde ou seguro de saúde, impostos, multas e empréstimos de familiares ou amigos. O sobre endividamento não significa uma ocasional falta de pagamento ou dificuldade de pagamento, mas problemas de pagamento bastante mais estruturais; por exemplo, quando existem vários meses de atraso de pagamentos de serviços públicos. Alguém com uma grande hipoteca, mas com rendimento suficiente para fazer os respetivos pagamentos, pode estar em risco de ficar sobre endividado, mas tal pessoa não é considerada sobre endividada no significado dos termos anteriormente apresentados. Em contraste, alguém sem empréstimos de instituições financeiras, mas que tem pagamentos de serviços públicos em atraso, poderá ser considerado como sobre endividado (Eurofound, 2020).

Monteiro (2015) analisou os fatores explicativos do sobre endividamento das famílias portuguesas e a respetiva gravidade, tendo observado que o tipo de instituição bancária, a priorização dos créditos, a disponibilidade financeira do consumidor e o rendimento figuram como os determinantes de maior relevância na probabilidade e extensão do sobre endividamento, sendo as famílias lisboetas as que patenteiam uma maior extensão de sobre endividamento, destacando-se, assim, o impacto da urbanidade no sobre endividamento. Os estudos sobre o endividamento das famílias em Portugal são escassos e revelam pouca profundidade e capacidade de extrapolação de dados, apesar de algumas estatísticas, o que apenas possibilita que se faça uma aproximação com indicadores indiretos. Como se pode observar na Figura 3, o endividamento, face ao rendimento disponível, tem vindo a aumentar desde 2019 e continua significativamente elevado.

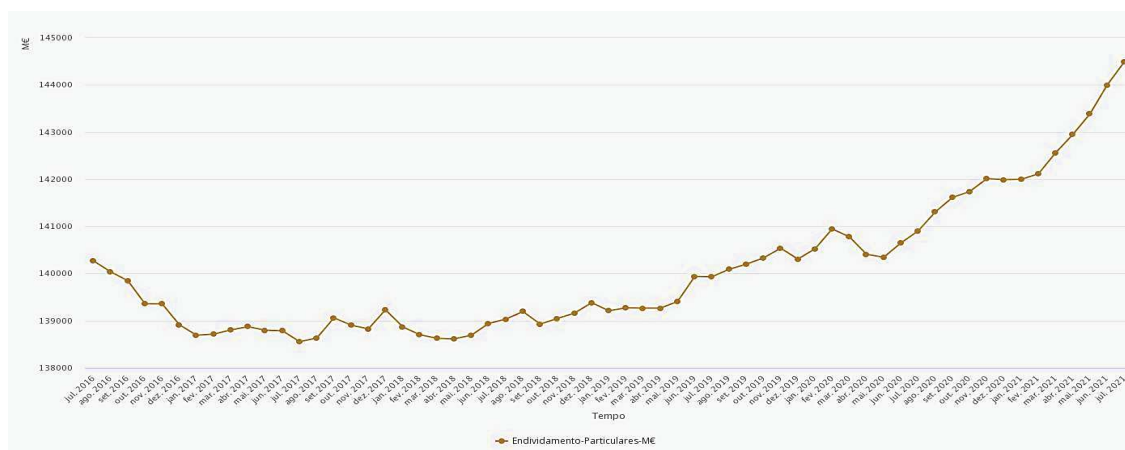


Figura 3: Evolução do endividamento dos particulares (2016-2021).
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco de Portugal (2021b).

Se o endividamento é tão elevado, espera-se que a taxa de poupança seja relativamente diminuta; mas em comparação com a restante Área Euro, pode-se verificar que é significativamente menor e que tem vindo a reduzir conforme é apresentado na Figura 4.

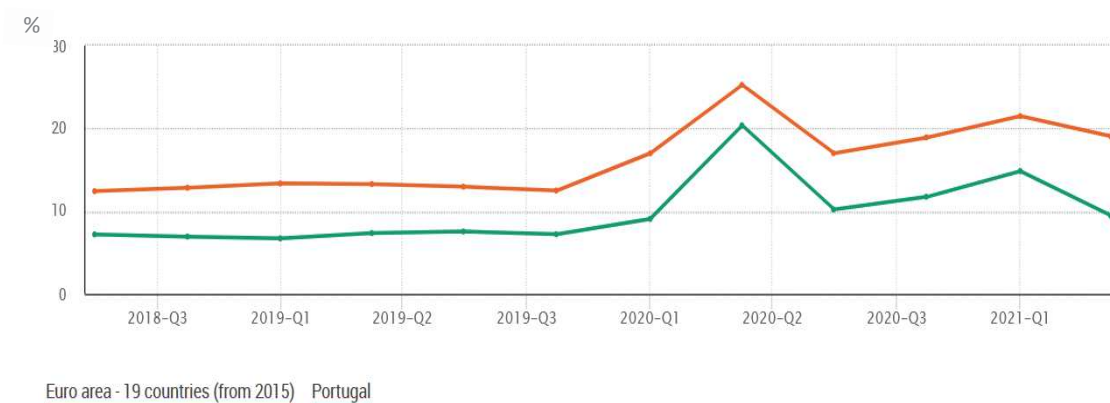


Figura 4: Taxa de poupança dos particulares: Portugal versus Área Euro (dados quadrimestrais de 2018-2021).
Fonte: Elaboração própria com bases nos dados do Eurostat (2021).

Certamente, a redução desses valores de poupança leva à diminuição da resiliência dos particulares em caso de imprevistos, nomeadamente a situação de desemprego, fazendo com que tenham de recorrer ao endividamento como meio de fazer face às despesas correntes. Por conseguinte, a combinação de baixos rendimentos, elevado endividamento e reduzida poupança, acaba por fazer com que os portugueses fiquem em situação de sobre endividamento e de presumível incumprimento, resultando em consequências quer para os visados, quer para a sociedade em geral, uma vez que se trata de um fenómeno sistémico (Banco de Portugal, 2021a).

Não obstante o volume de empréstimos concedidos, particularmente e maioritariamente para aquisição de habitação, as famílias acabam por entrar em incumprimento nos créditos ao consumo e restantes empréstimos, numa proporção consideravelmente superior à verificada no crédito à habitação, como se pode verificar na Figura 5.

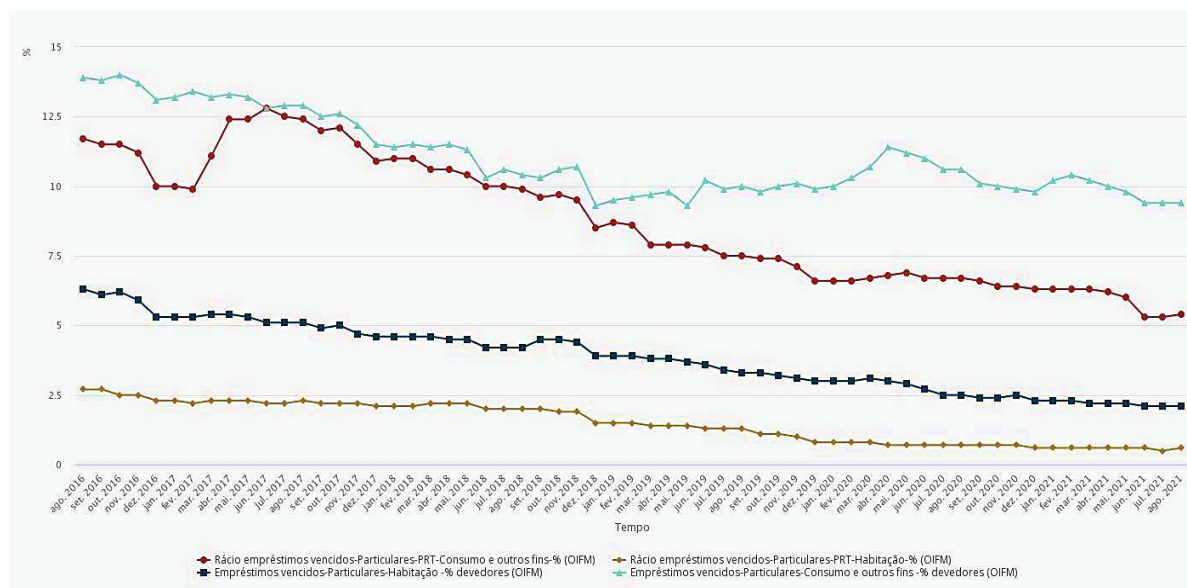


Figura 5: Evolução do crédito vencido das famílias portuguesas (2016-2021).
 Fonte: Elaboração própria com bases nos dados do Banco de Portugal (2021b).

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal (2021a), a taxa de poupança das famílias em Portugal tem vindo a aumentar desde o início da pandemia, sendo que, não se encontravam valores de poupança tão altos desde 2002. Este facto pode advir da exposição elevada ao risco no mercado que consequentemente direcionou as famílias a aumentarem as suas poupanças por segurança. Por outro lado, segundo o Banco de Portugal (2021a) prevê-se que essa mesma taxa reduzirá gradualmente, atingindo, em 2023, valores próximos dos pré-pandémicos, sendo que a taxa de poupança das famílias em Portugal representava uma das mais baixas da Europa. Uma parte das famílias portuguesas, ao pedir ajuda à Deco Proteste, aponta como principal causa a falta de condições de trabalho (baixo rendimento), pois este facto não lhes permite fazer poupanças e, consequentemente, conduz ao sobre endividamento. Para Ribeiro (2019), os principais problemas, no que diz respeito à poupança, são o baixo rendimento dos portugueses, as taxas de juro próximas de zero, a falta de incentivos e uma elevada iliteracia financeira. Após os factos explanados é de referir a importância de reverter esta tendência de grande afastamento da taxa de poupança dos portugueses face à média europeia. Por este facto, é necessário que haja um equilíbrio económico e financeiro. Nos dias de hoje, vivemos num período consumista na qual os cidadãos têm dificuldade em priorizar as suas necessidades quando adquirem os bens.

3 Metodologia

Tendo em consideração que o objetivo principal deste estudo visa um melhor conhecimento sobre as finanças pessoais das famílias portuguesas, nomeadamente quanto às atitudes e comportamentos em relação ao endividamento, este apoiou-se num conjunto de perguntas de investigação (Pi):

- Pi 1 - Como as famílias fazem a gestão de tesouraria de curto e longo prazo?
- Pi 2 - Como é feito o planeamento financeiro da família?
- Pi 3 - As famílias portuguesas têm consciência do risco associado ao endividamento?
- Pi 4 - Que fatores condicionam o planeamento financeiro das famílias?

Como instrumento de recolha de dados utilizou-se o inquérito por questionário, elaborado para o efeito (*ad hoc*), tendo como referência o Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa realizado pelo Banco de Portugal em 2010 (Banco de Portugal, 2011). Este é composto por 21 questões, fechadas e abertas, das quais 14 permitem recolher informação acerca das atitudes e comportamento de gestão e 7 permitem traçar um perfil sociodemográfico dos participantes. Como forma de avaliar cada item das questões 12, 13 e 14 foram utilizadas duas escalas de *Likert* com cinco